

Com terra e com educação

JOÃO CLAUDIO TODOROV *

Um processo de educação envolvente e que marcará com profundas transformações a vida dos trabalhadores rurais que vivem em assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) começa a ser implantado em todo o País. Uma orientação pedagógica que inclui como monitores-educadores para a alfabetização os próprios assentados que tenham iniciado a escolarização, também prevê que estes tenham oportunidade de concluir a educação básica de primeiro grau, através de um método supletivo. É uma ação que, coordenada pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), envolve numa grande parceria os Ministérios da Educação e Desporto (ME) e do Trabalho (MTb), instituições de Ensino Superior (IES) e os movimentos sociais que atuam no setor.

O Programa Nacional de Educação na reforma Agrária (Pronera), realizado com a participação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e entidades que atuam no setor, atenderá a uma população cuja trajetória de escolarização, quando há, é marcada pela descontinuidade. É alto o índice de analfabetismo entre os assentados – uma média de 43%, sendo superior em muitas áreas. Entre os titulares dos lotes dos 2.100 projetos de assenta-

mentos do Incra, 97,6% estão fora de qualquer programa de educação.

Levando-se em conta, ainda, que mais de 86% da população assentada é de origem camponesa e 44% trabalhava como parceiros, arrendatários, acampados ou ocupantes de áreas, isto é, sem-terra, poderemos avaliar melhor o significado desta iniciativa nos seus vários aspectos, além daquilo que ela pode representar, obviamente, como oportunidade de galgar passos na caminhada em busca da cidadania plena, por homens, mulheres e crianças até aqui excluídos.

A alfabetização e a escolarização na agricultura familiar, responsável indiscutível pela evolução do setor agrícola das nações desenvolvidas, e que deverá marcar o futuro do nosso país, mais do que hoje já acontece. Estudos comprovam que as explorações familiares formam a maioria das iniciativas agrícolas brasileiras e empregam grande parte da mão-de-obra ocupada na agricultura, superando o segmento patronal em termos de oferta de alimentos na maioria dos produtos agrícolas. Destacam-se também outras vantagens dentro do processo de distribuição de renda e capacidade de promoção do desenvolvimento sustentável.

Importante igualmente nesse processo é a integração da Universidade, através do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub). Este envolvimento significa um realinhamento do pensar acadêmico para o início do

resgate de uma dívida que as instituições de ensino superior têm com o setor. A atenção das universidades para com a agricultura familiar no país é ínfima, levando-se em consideração o grande valor que ela representa. Em termos de ensino, a formação dos nossos alunos de Ciências Agrárias é voltada para o modelo patronal de agricultura, considerado “moderno”. É uma visão deturpada de agricultura familiar como sinônimo de atraso. Da mesma forma, pouco se pesquisa sobre os problemas que afetam a agricultura familiar, fazendo com que este segmento também não possa contar com o conhecimento gerado pelas universidades.

A presença de professores e estudantes universitários nos assentamentos, como parceiros de um movimento de alfabetização e escolarização, contribuirá para reverter essa situação. É um trabalho que envolverá cerca de 800 professores, 500 alunos universitários e cinco mil monitores-educadores dos próprios assentamentos, para ensinar cem mil companheiros a ler e escrever. Experiência que certamente se multiplicará e se transformará em projetos de extensão das universidades, num relacionamento direto dos estudantes com a realidade rural, a serviço da formação de futuros profissionais.

*Coordenador do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária do Ministério Extraordinário de Política Fundiária